

Uma visão realista do problema

Existe uma espécie de conspiração para atribuir às dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento superendividados o caráter de problema passageiro de liquidez e não o de insolvabilidade permanente. Jamais um devedor se apresentou a um credor sem lhe demonstrar sua prosperidade no vencimento. Os países devedores não escapam a essa regra. Do contrário, como obter, além das facilidades para a dívida antiga, novos créditos (*new money*) que permitam o desenvolvimento e simplesmente viver? O banqueiro acha mais cômodo apresentar a seus acionistas e depositantes as dificuldades mais como um acidente de tesouraria do que como uma perda definitiva: em uma contabilidade bancária, não há nenhum problema que não possa ser resolvido com um pouco de tempo. Do lado das autoridades, governamentais e monetárias, há uma espécie de acordo tácito para encaixar o caso no nível da crise de liquidez, pois isso tranqüiliza o contribuinte e seu representante parlamentar. É mais inocente para a Reserva Federal "fazer a liquidez" de um banco ameaçado do que "nacionalizá-lo" com os bens do Estado. É menos difícil obter do Congresso fundos para o FMI, que em princípio se limita a financiar a curto prazo os desequilíbrios passageiros de balanços de pagamentos dos países membros, do que recapitalizar o grupo do Banco Mundial e, principalmente, a AID, que ajudam o desenvolvimento.

Na verdade, há dez anos, os métodos do Fundo aproximaram-se muito dos do Banco (empréstimos de ajuste estruturais, condicionalidade positiva,

etc.). Mas o Fundo, com grande habilidade, insiste incansavelmente em sua vocação monetária e sua incompetência no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento. Sua análise da situação, que jamais perde oportunidade de evocar, é a seguinte: o problema da dívida não passa de crise de liquidez; a médio prazo, os países superendividados podem suportar um tratamento de austeridade se seu crescimento for grande; o crescimento dos países em desenvolvimento depende dos países industrializados, Estados Unidos (que, naturalmente, jamais são citados) em primeiro lugar; para que o crescimento dos países ricos tenha prosseguimento a um ritmo regular, é preciso que a taxa de juros sobre o dólar baixe; e, para isso, o déficit orçamentário seja reduzido. Seja qual for a maneira de tratar do problema, sua solução passa sempre pelo bolso do contribuinte norte-americano. Mas, dentro da visão otimista do FMI, as dificuldades atuais têm as apariências lisonjeiras de uma crise aguda de tesouraria, que exigem energéticas medidas de urgência, mas sem necessidade de nenhum tratamento financeiro de fundo, de nenhuma imobilização permanente de bens.

Os reescalonamentos de dívidas realizados há dois anos permitiram resolver eficazmente o problema imediato de liquidez. Com efeito, todos os fatores se haviam combinado para provocar uma degradação conjuntural da situação financeira dos países em desenvolvimento superendividados: alta das taxas de juros, redução do ritmo da economia mundial e do comércio internacional, baixa do fluxo de matérias-primas, degradação da estrutura dos

financiamentos concedidos. Em particular, a elevação das taxas de juros (acentuada pela flexão por parte das contribuições públicas a taxas concessionais e da dívida a taxa fixa) fez passar o custo financeiro para os países em desenvolvimento de 6 a 7% antes do primeiro choque petrolífero para cerca de 10% em 1981 e 1982. Por outro lado, a reticência dos bancos em comprometer-se por períodos longos demais devido a políticas monetárias restritivas tornou a dívida dos países em desenvolvimento muito mais ilíquida: seu déficit em matéria de pagamentos correntes era financiado, em 1982, a 25% a curto prazo, contra 16% em 1974. Enquanto as obrigações financeiras aumentavam em consequência de um dinheiro que se tornara raro e caro, as receitas em divisas dos países endividados diminuíam devido à redução do ritmo econômico e da deterioração dos termos de câmbio para os países em desenvolvimento. O único coeficiente realmente significativo, que é o do serviço da dívida (amortização e juro) com relação às receitas em divisas, deteriorou-se gravemente. Países como o Brasil, o México ou a Argentina dedicavam ao pagamento da dívida mais de 80% de suas receitas em divisas antes da reestruturação de sua dívida exterior. Isso significa que, considerando sua necessidade de importações alimentícias e de energia (20% do total das importações para a Argentina, 56% para o Brasil, mas apenas 7% para o México, auto-suficiente no plano energético), esses países encontravam-se potencialmente privados de qualquer importação que permitisse acompanhar e favorecer seu desenvolvimento.